



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ACTA Nº 1/2010

SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE FEVEREIRO DE 2010

----- Aos vinte dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e dez, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de António Manuel Silva Arribança. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Carlos Jorge Coelho Neto e Maria Eugénia de Jesus Reis, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela sua Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente reunião os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Carlos Fernando Frazão Correia, Sara Maria Carapito Silva Fragoso, Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Ana Cristina Lobato Pinto de Fróis de Figueiredo e Silva e Daniel Alexandre Pulquério Pinto. Pelas catorze horas, foi declarada aberta a sessão com a presença de 18 deputados municipais e 14 Presidentes de Junta, conforme documento que se junta como anexo 1. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos do número um da alínea c) do Artigo 5.º do Regimento da Assembleia Municipal, foram justificadas as faltas do Senhor Deputado Luís Alberto Santos Tirano Ferreira procedendo à respectiva substituição o Deputado Luís Manuel Calado Madeira Queijeiro e do Presidente de Junta de Freguesia de Alcobertas, Senhor Marcolino Alves Duarte procedendo à respectiva substituição o Secretário da Junta de Freguesia, Senhor João de Deus Dias Ferreira. -----

-----Verificando-se a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia deu início aos trabalhos da presente sessão. -----

----- APROVAÇÃO DE ACTAS -----

----- Foi colocada a discussão a acta n.º 8/2009 referente à Sessão de Ordinária de 28 de Novembro. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Deputada Carla Maria Pires Rodrigues -----

----- Apresentou sugestão para que em todos os pontos, e no que se refere à votação, ficasse indicada contagem de votos, com a designação dos votos a favor, contra e abstenções. -----

----- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Reforçou o facto de concordar com uma acta mais sucinta como a agora apresentada, mas sugeriu, no que diz respeito às intervenções, que na sua transcrição seja acrescentado, de futuro, algum conteúdo de forma a dar-lhes mais alguma sustentabilidade política. -----

----- Colocada a votação a acta n.º 8/2010 foi **aprovada por maioria**, com 31 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção. -----

----- **CORRESPONDÊNCIA** -----

----- Pelo Primeiro Secretário foi efectuada a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços desta Assembleia Municipal, conforme anexo 2. -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal, antes de iniciar o período antes da Ordem do dia prestou as seguintes informações: -----

----- Foi recebida a informação dos líderes de bancada de que os Grupos Parlamentares passariam a integrar os Presidentes de Junta de Freguesia eleitos pelas respectivas listas, sendo que o Grupo Parlamentar da Coligação Juntos pelo Futuro passará a integrar 17 membros da Assembleia Municipal e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista 14 membros da Assembleia Municipal. -----

----- Informou ainda que na sequência desta alteração, e após reunião com os respectivos líderes de bancada, os tempos de intervenção no período antes da ordem do dia foram redistribuídos da seguinte forma: CJF, 24 minutos; PS, 20 minutos; PCP, 4 minutos; BE, 4 minutos; MIC, 4 minutos; MIUR, 4 minutos. -----

----- Os sessenta minutos contabilizados continuam a não englobar as informações e a votação da acta, que em bom rigor, de acordo com o regimento em vigor, aí estariam integradas. -----

----- O Presidente da Assembleia apelou ao cumprimento dos tempos definidos, dando continuidade à postura até agora tida pelos Senhores Deputados Municipais. ---

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu as inscrições para este ponto. Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Deputado Rui Miguel da Costa e Silva -----

----- Deputada Maria Inês Pereira Maurício -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo-----
----- Deputada Carla Maria Pires Rodrigues -----
----- Deputado Vítor António Duarte Santos -----
----- Deputado Mário Luís Nogueira Ramos -----
----- Presidente de Junta de Freguesia de Rio Maior -----
----- Presidente de Junta de Freguesia de São Sebastião -----
----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----
----- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Apresentou opiniões que devem conduzir e empreender o melhor caminho para as sessões da Assembleia Municipal, em especial no que respeita às intervenções e no valor que estas têm integradas no contexto em que são proferidas e que se revestem de grande valor enquanto debate critico-construtivo, não contendo o resumo, por vezes, a concretização da ideia do emissor da intervenção. -----

----- Apresentou ainda ao Executivo Municipal situações várias que se verificam no Concelho, desta feita não só como Deputada desta Assembleia Municipal mas também como munícipe, designadamente: -----

----- No que se refere à segurança rodoviária, e após as intervenções efectuadas na rede viária, é de grande importância que sejam efectuadas as marcações das vias, facto que se considera imprescindível para quem circula nas mesmas. -----

----- Manifestou o agrado nas informações que foram publicadas relativas aos encontros efectuados com as associações e industriais do Concelho, ressaltando, no entanto, que algumas destas entidades não se fizeram representar por desconhecimento, o que de futuro deverá ser corrigido. Considerou, igualmente, a criação do Gabinete de Apoio sob a égide da Câmara Municipal uma iniciativa positiva e a fomentar. -----

----- No que concerne às falhas de comunicação que eventualmente possam existir, sugeriu a criação de um jornal electrónico para o concelho de Rio Maior, ou mesmo de um boletim municipal, dando alguma vida e destaque às iniciativas da Câmara Municipal. -----

----- Por último, solicitou informações acerca da situação do Centro de Estudos Riomaiorenses e da relação com o edifício mineiro. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Deputado Rui Miguel da Costa e Silva** -----

----- Apresentou cumprimentos aos Membros da Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e ao Executivo Municipal na pessoa da Presidente de Câmara. -----

----- Apresentou uma reflexão acerca da percepção da realidade e de como esta pode ser interpretada por cada um de nós, e que em larga escala formaliza as ideologias partidárias onde o partido é corporizado por pessoas que partilham uma determinada interpretação da realidade e a forma de a projectar no futuro. -----

----- Focou que neste momento a ideologia partilhada pela maioria para o futuro do Concelho é preconizada pela actual Presidente da Câmara, ideologia essa que constava em programa eleitoral e que vem sendo destacada em várias intervenções da Senhora Presidente como a necessidade de um novo projecto para o desenvolvimento do Concelho. -----

----- Concordou com o facto de que sem desenvolvimento não se gera riqueza e que sem riqueza não se poderá aspirar a um futuro melhor, no entanto, existe uma diferença entre modelo e projecto, já que enquanto o primeiro se refere a uma representação da realidade utilizada para testar soluções, enquanto que a segunda é um empreendimento planeado, executado e controlado com um determinado objectivo, tendo em conta os recursos disponíveis. -----

----- Considerou que nesta fase seria já altura de serem apresentados para aprovação os instrumentos necessários à operacionalização do projecto sufragado nas eleições, a saber: o plano de actividades e orçamento e o plano de reestruturação de serviços, conforme compromisso assumido na anterior sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Salientou que é objectivo comum a todos o desenvolvimento, o sucesso, a qualidade de vida no Concelho, e por isso solicitou à Presidente de Câmara que dê a conhecer como pretende fazê-lo, clarifique o novo modelo/projecto para o Concelho e apresente os instrumentos operacionais para a sua execução. -----

----- **Deputada Maria Inês Pereira Maurício** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes na pessoa do Presidente da Assembleia. -----

----- Prescindiu da sua intervenção a favor do Deputado Municipal António Manuel da Silva Moreira. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal reiterou os cumprimentos anteriores. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Manifestou a preocupação, do ponto de vista político, da situação em que nos encontramos actualmente, já que esperava que fossem já apresentados para aprovação o plano de actividades e orçamento, o mapa de pessoal e ainda a alteração à tabela de taxas. -----

----- Solicitou, por isso, esclarecimentos acerca de quais as razões que levaram ao não cumprimento do afirmado em Novembro de 2009, não admitindo para o facto a desculpa da não aprovação do orçamento de estado, já que muitas outras Câmaras já o fizeram. -----

----- Outra das preocupações transmitida tem a ver com as transferências para as Juntas de Freguesia, visto ser uma das maiores preocupações e admitindo que o Executivo reuniu já com as diferentes Juntas conforme declarado pela Presidente de Câmara, não se percebe o porquê não ter sido feita nenhuma transferência de verbas, nem nenhuma delegação de competências, o que poderia ter acontecido recorrendo à transferência por duodécimos do ano anterior. Interrogou para quando o despacho de delegação de competências nas Juntas de Freguesia e para quando as usuais transferências de capital. -----

----- Outro ponto referido refere-se ao Quadro de Referência Estratégica Nacional – QREN – e as candidaturas que têm sido assinadas pela Presidente da Câmara, tais como a da Requalificação Urbana e a Requalificação das Salinas, aproveitando para se congratular pelo facto destas terem chegado ao seu final, já que tiveram o seu início com o Executivo anterior. Questionou ainda quantas candidaturas foram já apresentadas por este Executivo e quantas contam apresentar este ano e a quê. -----

----- Um outro ponto referido foi a situação da Desmor, EEM, onde se assistiu a uma das primeiras medidas de gestão com a contratação de um gestor, sendo que um dos pressupostos para tal foi a extinção da Divisão de Desporto e a atribuição de objectivos à nova gestão. Foi igualmente noticiada a redução do vencimento do treinador de natação, referindo que essa redução levará no entanto ao termino do contrato no final da época, não sendo antes por respeito aos atletas. -----

----- Referiu ainda que tendo sido submetido em Outubro, como está legalmente previsto, o plano de actividades e orçamento da Desmor, EEM, para 2010 ao Executivo, admite-se que o mesmo possa vir a sofrer alterações, pergunta-se, por isso, se a Divisão de Desporto vai ou não ser extinta e quando será submetido a aprovação o plano de actividades e orçamento daquela empresa pública. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Outro ponto salientado tem que ver com as auditorias, já que na comunicação social foi ouvido que existe a necessidade de execução das mesmas, por factores de transparência, por factores de gestão, sendo assim compreensível do ponto de vista da lógica da gestão. A questão colocada relaciona-se com o esclarecimentos de quais os procedimentos concursais efectuados, os fundamentos no CCP foram autorizados esses procedimentos e tendo sido já autorizados quais os custos para a Autarquia. ----

----- Por último foi referido o ponto da política de desenvolvimento municipal, salientando que é neste ponto de desenvolvimento do Concelho que existe concordância de todos, embora as políticas de acção possam divergir, estando assim todos os eleitos desta força partidária disponíveis para tal. Nesse sentido, e no que diz respeito à linha de caminho de ferro, já foi solicitado ao deputado por aquela força partidária que dirija um pedido de esclarecimento ao Governo, e que já foi entretanto formulado. -----

----- Congratulou-se, ainda pelo facto de mais de 50% do orçamento de investimento para o ano de 2010 do distrito de Santarém ir ser aplicado no Concelho de Rio Maior, constituindo, assim, uma fonte de subsidiação para os projectos deste Concelho. -----

----- Para finalizar, focou a questão da Escola Secundária de Rio Maior, já que o projecto da candidatura desta escola está tutelado pela empresa “Parque Escolar”, à qual está incumbida, a nível nacional, a reestruturação da rede escolar. Referiu a existência de uma proposta, que a seu tempo será considerada quando se constatar as verbas contempladas para este projecto, que defendida a preservação do edifício antigo da escola, já que os custos da demolição e construção de um novo será o mesmo e os incómodos menores. Para tal seria feita uma permuta de terrenos para o parque escolar para que com os mesmos valores se fizesse a nova construção e ainda se aproveitasse o edifício antigo. -----

----- Relativamente a este assunto questionou quais foram as diligências efectuadas, quando, onde e com quem, com vista à resolução deste problema, considerando que na reunião que irá acontecer com a DREL não será focado este assunto por falta de competência daquela direcção nesta matéria, e que se considera este assunto como bastante sério e de grande importância para o Concelho, não podendo assim ser deixado ao acaso. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**-----

----- Apresentou cumprimentos à Mesa da Assembleia Municipal, ao Executivo Municipal e a todos os presentes. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Iniciou a intervenção por agradecer as visitas da Presidente da Câmara Municipal à Freguesia de Asseiceira, uma delas de trabalho e que visou a identificação dos maiores problemas que se apresentam num futuro próximo e a outra a presença no Carnaval da Asseiceira, sendo esta a primeira vez que um Presidente de Câmara comparece àquele que é considerado o maior Carnaval do Concelho, mesmo que muitas ignorado pela comunicação social. -----

----- Focou ainda que a Câmara Municipal, já que a Junta de Freguesia não tem condições, tem que tomar uma medida definitiva no que respeita à segurança rodoviária na Estrada Nacional 1, já que desde a última sessão da Assembleia Municipal ocorreram mais três acidentes, tornando esta situação insuportável, em especial nas duas entradas (Alto do Seixal e Alto dos Varões). -----

----- Solicitou ainda à Câmara Municipal que, na pessoa da Presidente e em face da ausência de resposta às solicitações da Junta de Freguesia, tentasse saber junto da EDP o porquê da não renovação das luminárias destruídas na intempérie ocorrida a 19 de Dezembro último, assim como alguns dos postes que caíram. -----

----- Outra das questões apresentadas é o mau estado em que se encontram as estradas florestais, solicitando informação se a máquina de rastos ou a niveladora não poderão ser um contributo para melhorar as condições em zonas intransitáveis, apelando a uma maior atenção por parte do Serviço de Protecção Civil. -----

----- Solicitou ainda informações acerca de qual a perspectiva da Câmara Municipal no que respeita ao Centro de Saúde de Rio Maior, já que considera que a sua utilidade fica muito aquém do que seria necessário. -----

----- Por último manifestou a preocupação de não ter sido transferida nenhuma verba para as juntas, nem por duodécimos nem por orçamento por ainda não ter sido aprovado, o que dificulta muito manter a actividade normal das Juntas de Freguesia. --

----- **Deputada Carla Maria Pires Rodrigues** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a sua intervenção com uma referência ao balanço dos primeiros cem dias de governação apresentado pelo Executivo Municipal, onde deram a conhecer as visitas efectuadas às freguesias do Concelho para levantamento no local das suas carências com vista a integrar o orçamento de 2010. Considerou importantes e válidas estas deslocações para conhecimento dos problemas e sua inclusão em orçamento. --

----- No entanto, acrescentou que considerando que a proposta do orçamento e do respectivo plano de actividades é fundamental para determinar as escolhas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

investimentos a efectuar pela Câmara Municipal de Rio Maior ao longo do ano de 2010, e que estas determinam praticamente toda a actuação da Câmara Municipal, afectando, por isso mesmo, a qualidade de vida da população do Concelho, salientou que seria já altura de envolver a população nas escolhas fundamentais efectuadas pelo poder político, evitando dessa forma que a intervenção democrática se esgote no acto eleitoral. Assim, considera o BE que deveriam ser tomadas iniciativas neste sentido, a exemplo de alguns países da Europa e mesmo de alguns municípios em Portugal, fomentando a instrumentalização do orçamento participativo. -----

----- No que se refere às iniciativas realizadas, nos referidos cem dias de governação, no âmbito da cultura e da educação, salientou a organização do Carnaval Escolar, em nova modalidade, que considerou ter desagradado no conjunto, já que retirou ao centro da cidade a animação que era característica deste evento e que era partilhada por todos: alunos, pais, professores, comerciantes e população em geral, para passar a ser uma festa a que apenas tiveram acesso pais, alunos e professores. Questionou ainda, que mais iniciativas foram efectuadas no âmbito deste pelouro. -----

----- Questionou ainda em relação à proposta apresentada pelo Maestro Ribeiro, que dirige a Orquestra Típica de Rio Maior, de criar uma escola de música que funcionaria em conjunto com esta orquestra, e que teria três vertentes consideradas importantes: daria continuidade às aulas de música integradas nas actividades extracurriculares, criação de uma actividade para jovens das mais diversas idades e a assegurar a continuidade da orquestra. Não se compreendendo, desta forma, a resposta negativa, já que a Câmara Municipal dispõe de espaço para os ensaios e numa pessoa que os conduza, tratando-se, assim, de alargar o projecto a outras faixas etárias da população. Solicitou ainda informação sobre a existência de projectos do Executivo Municipal para estas áreas. -----

----- Ainda no âmbito da cultura, salientou o facto de a programação, designadamente do cinema, ter sido alterada, deixando de haver sessões ao sábado, passando estas para a quinta-feira, e considerou que esta alteração funcionou como um entrave à participação dos mais jovens, já que tem lugar a dia de semana, não sendo assim compatível com o horário escolar. -----

----- Solicitou também esclarecimentos acerca dos problemas das estradas do Concelho, já que foi verificado que não se renova o piso no seu todo mas é colocado apenas apontamentos de alcatrão em diversos locais e ainda não tapar os buracos no piso mas sim alcatroar entradas e acessos a casas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Finalizou questionando a Presidente da Câmara acerca do funcionamento das actividades extracurriculares do 1º ciclo, e se pretende manter os moldes actuais, que considera não agradarem nem a pais nem a professores. -----

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes na pessoa do Presidente da Assembleia. -----

----- Deu conhecimento à Assembleia Municipal, no âmbito da sua eleição para representante no Conselho da Comunidade dos Agrupamentos de Centro de Saúde, que este reuniu pela primeira vez no dia 15 de Fevereiro para a tomada de posse dos seus elementos, tendo sido dos poucos a nível nacional. Esclareceu acerca da composição e funcionamento deste conselho e considerou importante dar conhecimento de alguns dados fornecidos nesse mesmo concelho, tais como o facto de entre os cinco concelhos que o compõem, o nosso Concelho revela a existência de um risco acrescido de mais de 40% de falecimento por trombose, ser o Concelho onde faleceram mais crianças e onde se verificaram mais suicídios. -----

----- Salientou a necessidade cada vez mais se investir na prevenção e considerou a existência de uma estrutura local que coordenasse todas as unidades de grande relevância para uma maior aposta no tratamento e prevenção. -----

----- **Deputado Mário Luís Nogueira Ramos** -----

----- Apresentou cumprimentos à Mesa da Assembleia Municipal, ao Executivo Municipal e a todos os presentes. -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca dos transportes efectuados pela Câmara Municipal, designadamente em relação a um clube desportivo a quem a Câmara assegurou o transporte e que posteriormente o motorista designado apresentou um recibo a pagar clube pelos serviços prestados. -----

----- Salientou que iniciativas como o Fórum do Associativismo, com a qual se congratulou, devem ser repetidas para alcançar o pretendido, que passa pela legalização das associações, reforçando no entanto que ao compactuar com situações como a descrita, estamos perante comportamentos contraditórios. -----

----- Não sabendo se este comportamento parte de alguma directriz da Câmara Municipal relativamente a estes serviços, sugeriu que para clarificar estas situações exista um regulamento de transportes, que as associações e clubes possam ter acesso e estar esclarecidos acerca dos procedimentos a seguir nesta matéria. -----

----- **Presidente de Junta de Freguesia de Rio Maior** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Apresentou cumprimentos à Mesa da Assembleia Municipal, ao Executivo Municipal e a todos os presentes. -----

----- Apresentou pedido ao Executivo Municipal para se inteirar da situação do chamado Bairro Cigano no Espadanal, já que segundo se sabe este se encontra sob a gestão de uma IPSS do Concelho, designadamente do Centro de Dia do Outeiro da Cortiçada, que cobra as rendas e faz a manutenção. Deu conhecimento que existem nesse mesmo bairro casas sem a mínima condição de habitabilidade, o exterior degradado e o crescimento da construção ilegal. Salientou que a tentativa efectuada em tempos de concentrar estas ditas famílias problemáticas num só local, afastando-as da sociedade, permitiu a criação de uma espécie de “gueto” que em nada dignifica a cidade de Rio Maior e as pessoas que ali residem. Realçou a importância de encontrar uma solução através do diálogo com os moradores, contrariando a ideia de ausência de comunicação e o isolamento daquela população, dispondo-se de imediato para acompanhar a resolução daquele problema. -----

----- Outro dos pontos a que se referiu tem que ver com a formação dos motoristas das Juntas de Freguesia para o transporte de crianças, sendo que esta formação foi inicialmente paga pelas respectivas juntas, ficando a Câmara Municipal de fazer a gestão dos tempos e necessidade de reciclagem desta mesma formação, que entregou a um outro profissional que não fez cumprir as exigências nesta matéria. Deu então conhecimento que perante esta situação vê-se agora a junta de freguesia onerada pelo facto de ter que pagar um novo curso. Solicitou esclarecimentos e uma tomada de posição da Câmara relativamente a este assunto. -----

----- Agradeceu ao Executivo Municipal as visitas efectuadas às Juntas de Freguesia revelando não ter “medo” da proximidade das populações e vontade de conhecer o Concelho que temos na sua realidade. -----

----- Terminou a relembrar ao Deputado António Moreira, no âmbito da sua intervenção, que 2008 não foi um ano de eleições tendo a delegação de competências sido aprovada atempadamente e que mesmo assim os pagamentos dos valores previstos em protocolo chegaram à Junta de Freguesia de Rio Maior apenas em Outubro de 2009. -----

----- **Presidente de Junta de Freguesia de São Sebastião** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- A intervenção revestiu a forma de proposta de criação de um regulamento no âmbito da actividade dos madeireiros. Salientou que sendo a Freguesia de São



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

Sebastião pequena, não possui meios humanos e materiais para assegurar a manutenção das estradas florestais após a recolha de madeira, encontrando-se estas, neste momento, bastante danificadas. Considerou que a existência de um regulamento que obrigasse os proprietários dos pinhais e eucaliptais a comunicar o corte e recolha da madeira ajudaria a solucionar este problema. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Usou da palavra para responder à intervenção do Presidente de Junta de Freguesia de Rio Maior contrapondo que embora este considere não haver razão para preocupações pelo facto de não ter ainda recebido os duodécimos até ao momento, os Presidentes das Juntas de Freguesia da bancada parlamentar do PS estão bastante preocupados e dizer que em caso algum um erro legitima outro. -----

----- **Presidente de Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Retorquiu que a sua despreocupação actual é natural e que o que se pede é que se deixe a Câmara Municipal ponderar para assim fazer uma delegação de competências justa para com as Juntas de Freguesia.

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Mesa da Assembleia Municipal, ao Executivo Municipal e a todos os presentes. -----

----- Demonstrou a sua satisfação relativamente às visitas efectuadas pelo Executivo Municipal às Juntas de Freguesia de modo a poder inteirar-se das dificuldades e problemas existentes em cada uma delas e ao facto de que se tratar de uma prática inovadora com esta finalidade, não antes efectuada por outro Executivo Municipal, não podendo esperar-se mais de um Executivo que está em funções há pouco mais de três meses. -----

----- Felicitou ainda o executivo camarário pela implementação de um novo sistema de som no auditório de Sessões da Assembleia Municipal, há muito necessário para o bom funcionamento destas sessões. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Solicitou que o tempo de intervenção da bancada do PS que restava fosse utilizado pela Deputada Maria Inês Pereira Maurício. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Autorizou a intervenção. -----

----- **Deputada Maria Inês Pereira Maurício** -----

----- Renovou cumprimentos na pessoa do Presidente da Assembleia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- A intervenção abordou a temática da juventude e suas prioridades, assim como da participação da mesma na actuação pública. -----

----- Considerou que mais que acreditar no futuro (referência ao mote da campanha do actual Executivo Municipal “Acreditar no Futuro”), há que agir, e em face disso, questionou quais as linhas orientadoras a nível de juventude, o que se pretende fazer e quais as políticas de juventude que se pretendem implementar, sendo que algumas delas vêm já do anterior executivo e que se irão manter. -----

----- Demonstrou interesse em participar nesse debate de políticas de juventude a implementar, já que considera que para haver participação têm que ser disponibilizadas as ferramentas necessárias para o efeito. -----

----- Solicitou ainda esclarecimentos acerca da não realização da última sessão do Parlamento da Juventude, que deveria ter ocorrido em Dezembro de 2009, a última do mandato, e onde se daria início a novo mandato se assim fosse intenção disso. Reforçou a importância desta ferramenta institucional ao dispor da juventude e não focou que não é de todo vago, como foi referido na última sessão da Assembleia Municipal, justificando esta afirmação pelo facto de os assuntos tratados ali são os da ordem de trabalhos da própria Assembleia. Referiu ainda que o balanço feito da actuação do Parlamento da Juventude disponível no site RM Jovem é positivo. -----

----- Referiu também que a existência deste órgão seria de grande valia nesta altura de execução do plano de actividades e orçamento, já que seria a oportunidade de serem ouvidos e registados os contributos dos representantes da juventude concelhia, sendo entendido como um apoio ao órgão executivo. -----

----- Levantou ainda a questão do Conselho Municipal de Juventude que as Câmaras Municipais têm que criar ainda que contestado pela ANMP, por razões, considerou, facilmente ultrapassáveis, não invalida a existência do parlamento da Juventude como órgão abrangente e de participação. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Não havendo mais inscrições para intervenção, foi dada a palavra à Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Na pessoa do Presidente da Assembleia cumprimentou todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção a prestar os alguns esclarecimentos solicitados pela Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo, senso que no que se refere à segurança rodoviária daria a palavra ao Vereador do Pelouro para um esclarecimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

mais abrangente. -----

----- Assim, e no que se refere às reuniões com os Empresários e Associações, esclareceu que numa primeira fase reuniram com as associações desportivas com quem a Câmara Municipal já tem contratos-programa e estabeleceu protocolos, tendo posteriormente sido convidadas mais algumas a participar. Referiu que o fórum foi divulgado na comunicação social o que permitiu que algumas das associações que, por alguma razão (nomeadamente por se verificar a inexistência de uma base de dados de todas as associações do concelho nos serviços da Câmara Municipal), não tinham sido convidadas, participassem por sua iniciativa ao ter conhecimento da realização do mesmo. Admitiu que possam ter ocorrido algumas falhas, mas trata-se do início destas actividades e que se espera que resultem em pleno. -----

----- No que se refere ao jornal electrónico esclareceu que está a ser efectuada uma revisão do site da Câmara Municipal, incluindo as ideias agora referidas, realçando porém que no site actual as notícias da actividade camarária são frequentemente actualizadas, funcionando, sem o ser, como um jornal desta actividade. -----

----- Quanto ao boletim municipal esclareceu também que este se encontra em fase de elaboração. -----

----- Referindo-se ainda à reunião com os empresários, mais concretamente à falha de comunicação na divulgação da mesma, esclareceu que os convites foram efectuados através da Associação Empresarial em colaboração com a Câmara Municipal na identificação e contactos com os mesmos. -----

----- No que diz respeito ao Centro de Estudos Riomaioreses informou que existe um relacionamento privilegiado tanto para a situação da mina quanto para outros, nomeadamente um determinado investimento que irá ser feito em Rio Maior. “Há diálogo permanente” informou a Presidente. -----

----- Quanto à intervenção do Deputado Rui Miguel da Costa e Silva, referiu que nesta fase, e estando em conclusão grande parte dos processos a decorrer desde o anterior executivo, é intenção terminá-los para depois se avançar com aquele que é o modelo de desenvolvimento para o Concelho do actual executivo e assegurou ainda que este passa pelo bom relacionamento com as forças vivas do Concelho. -----

----- Passando aos esclarecimentos solicitados pelo Deputado António Manuel da Silva Moreira, admitiu que foi dito na última Assembleia Municipal que seria presente à sessão de Fevereiro o Plano e Orçamento para 2010, mas em determinada altura entendeu o Executivo Municipal, em consonância com os serviços municipais, que não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

seria possível, nem sequer o mais correcto, submeter a aprovação nesta mesma sessão, passando assim a sua aprovação para a sessão da Assembleia Municipal de Abril, não usando para este atraso a desculpa do Orçamento de Estado, até porque já são conhecidas as transferências para as Autarquias Locais, ressalvando no entanto, que não havendo maioria do PS na Assembleia da República a questão da aprovação deste não é tão linear como possa parecer. Razões também apontadas para o adiar desta aprovação foi a necessidade de saber com rigor as transferências que iriam ser efectuadas para as Autarquias Locais e a decisão da realização de uma auditoria e plano de financiamento das responsabilidades do Município e a sua projecção nos anos futuros, cujo primeiro relatório se espera para o mês de Março, para que assim possa estar espelhado no orçamento toda a dívida do município e as responsabilidades assumidas e honradas. Sublinhou ainda que não sendo esta decisão prejudicial ao município, já que se encontra em vigor o orçamento corrigido de 2009, é importante que a execução deste instrumento de gestão seja efectuada com o maior rigor e seriedade possível. -----

----- Respondendo quanto às candidaturas do QREN, admitiu que muitas delas decorrem da gestão do anterior executivo, mas sublinhou que tal como as coisas positivas, também o negativo foi herdado, ou seja, o activo e o passivo. Ainda respondendo acerca das candidaturas já efectuadas por este executivo, lembrou que é necessário ter os pés bem assentes e que têm sido feitas reuniões com a CIMLT de onde se concluiu que será necessário a Câmara Municipal rever alguns dos seus instrumentos (Carta Educativa; elaboração da Carta dos Equipamentos Sociais) para posteriormente falar de uma eventual revisão da contratualização. Sublinhou que é tempo de reorganizar a pensar nas pessoas e na qualidade de vida das populações e que a “era do betão” está ultrapassada, dando assim lugar a um outro tipo de necessidades. -----

----- Esclareceu que o novo modelo de gestão para a Desmor, EEM, é aquele que o PSD sempre defendeu e que no que se refere às questões relacionadas com o treinador de natação o que foi dito em reunião de Câmara foi que o contrato seria mantido até ao final da época, até mesmo para que o atleta possa estar inscrito na federação pelo Clube de Natação. Acrescentou ainda que após várias reuniões, inclusive com a Federação de Natação, se chegou a um entendimento com o treinador. Sublinhou que na notícia em questão, mais importante que a situação do treinador de natação, seria a situação relativamente às contas, ao orçamento e os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

instrumentos de gestão da Desmor, que se pretende que seja o mais realista e claro possível, já que considerou importante virem explanados todas as receitas e todos os custos inerentes ao funcionamento das instalações (ex: água, luz), o que até agora não acontecia. -----

----- Informou ainda que relativamente à gestão das infraestruturas desportivas existentes é altura de fazer uma manutenção de fundo nas mesmas, já que com o passar dos anos algumas delas necessitam imperativamente desta intervenção. -----

----- Referindo-se à auditoria, esta foi decidida em reunião de Câmara e aprovada pela Desmor, não sendo este um acto de fiscalização, mas sim de clarificação da situação actual, para desta forma estar o executivo em condições de agir em consciência e de acordo com a conjuntura económica actual. -----

----- Ainda relativamente aos procedimentos concursais utilizados e aos valores de adjudicação deste serviço, informou que estes estão ainda em estudo, visto que eventualmente este serviço não será estanque a esta área e englobando outras áreas que terão que ser reestruturadas. -----

----- Referindo-se aos assuntos colocados pelo Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo, informou que foi com grande satisfação que o Executivo Municipal fez as visitas às Juntas de Freguesia e que é intenção continuar esta prática sempre que se considere necessário, assim como atender às solicitações dos Presidentes de Junta de Freguesia. Reforçou, remetendo-se ao plano e orçamento, que estaria presente sempre que estes considerassem necessário o diálogo e a resolução de situações urgentes, não querendo de forma alguma que as autarquias falhem com os compromissos assumidos, afirmando também que nunca haveria qualquer tipo de discriminação em relação às Juntas de Freguesia eleitas pelas forças partidárias que não a sua, e que não haveria nenhum tratamento especial para aquelas que fazem parte da força partidária por que foi eleito o Executivo Municipal. -----

----- No que se refere às questões colocadas pela Deputada Carla Maria Pires Rodrigues, remeteu a resposta aos assuntos relativos às áreas da Educação e Obras Municipais para os respectivos Vereadores. -----

----- Esclareceu que no que se refere à reunião onde foi apresentada a proposta do Maestro para a Orquestra Típica, não foi de todo dada uma resposta negativa, sendo que o único entrave a ultrapassar seria o espaço físico. Foi ainda transmitido que a proposta tinha até sido recebida com agrado e que as questões a resolver são logísticas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- No que respeita ao estado do pavimento, afirmou desconhecimento do que se estava a passar, não sabendo inclusive se era uma obra do anterior executivo ou do actual. -----

----- Quanto ao modelo de funcionamento das actividades extracurriculares, referiu apenas que este está definido em portaria e que a Vereadora do Pelouro daria os esclarecimentos necessários. -----

----- Nesta altura a Presidente de Câmara fez menção ao facto das intervenções da Deputada Carla Maria Pires Rodrigues serem em tom tão agressivo e de forma desconfiada em relação à actuação do Executivo, já que o espírito se pretende de colaboração e ajuda entre todos. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Interpolou a Mesa da Assembleia Municipal para chamar a atenção que a sessão a decorrer é de uma Assembleia Municipal, não se tratando nem de um comício nem de uma sessão esclarecimentos da Presidente de Câmara. Solicitou que esta fosse tomada em consideração. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Assegurou que levaria em consideração a interpelação feita, no entanto considerou que além de alguns apartes menos próprios, não foi excedido o sentido de decoro e de respeito devido por qualquer dos deputados presentes ou qualquer outro interveniente, decidindo, por isso, não intervir. Considerou que existe um alongar das intervenções, mas nesse aspecto nada poderia fazer, já que foi acordado entre os líderes das bancadas parlamentares que o período de esclarecimentos pelo Executivo Municipal não seria integrado nos sessenta minutos de intervenções do período antes da ordem do dia. Chamou à atenção, no entanto, que ao longo da intervenção da Presidente da Câmara começa a haver demasiadas interrupções, que em alguns casos são compreensíveis, em outros nem tanto. Esclareceu que é sua pretensão interferir o menos possível sob pena de estar a participar numa discussão política, que como deputado fazia sentido, mas enquanto Presidente da Mesa não poderá permitir-se a isso. Solicitou ainda, mais uma vez, que as intervenções sejam breves e claras e as intervenções, quando necessárias, pertinentes. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Continuou a intervenção dirigindo-se ao Deputado Vítor António Duarte Santos, agradecendo a explicação e opinião como representante da Assembleia naquele Conselho e como profissional da área. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Referindo-se à intervenção do Deputado Mário Luís Nogueira Ramos informou que irá saber qual o ponto de situação no que se refere a organização de transportes de forma a serem clarificadas as questões levantadas. -----

----- No que respeita às questões do Presidente de Junta de Rio Maior, informou que em relação ao “bairro cigano” desconhece no momento qual é a real situação, mas que irá solicitar os esclarecimentos necessários aos serviços, assim como da situação do curso de motoristas das Juntas de Freguesia. -----

----- Quanto à proposta do Presidente de Junta de São Sebastião, informou que existe aprovado um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Riscos de Incêndio que regula de certa forma a limpeza das florestas e encontra-se também em execução um Regulamento Municipal da Defesa da Floresta com uma lógica de ordenamento da mesma. Informou também que irá falar com os Presidentes de Junta das Freguesias que integrem manchas florestais consideráveis para tratar exactamente sobre estas matérias. -----

----- Quanto à intervenção da Deputada Maria Inês Pereira Maurício e no que se refere a políticas de juventude e sua instrumentalização, será dada a palavra ao Vereador responsável pela área. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Pediu a palavra para intervir. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Esclarece que poderia ter a palavra apenas se fosse para solicitar algum esclarecimento sobre as questões já apontadas e que considere que não tenham sido respondidas, já que o tempo de intervenção se encontra esgotado. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Concordou que era apenas para solicitar esclarecimentos sobre questões que não viu clarificadas, tais como se a Divisão de Desporto da Câmara Municipal iria ser extinta ou não, qual a estratégia da Câmara em relação à Escola Secundária de Rio Maior e ainda acrescentar que tem assento neste hemiciclo como cidadão eleito e que não pode admitir que a Presidente da Câmara faça qualquer insinuação de que esperaria reacção de todos os deputados menos dele próprio, relativamente ao assunto das despesas de consumo da Desmor, já que considera que deve esperar exactamente o que espera de todos os outros. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Esclareceu que a referência foi feita pelo facto de coabitar naquele espaço e, por isso, ter a real percepção daquilo que se passa e de alguma forma beneficiar daquilo que é, e será, uma opção da Câmara Municipal (instalações do IDP no Centro de Estágios). -----

----- No que respeita à questão da Escola Secundária de Rio Maior informou que será dada a palavra aos Vereadores para os esclarecimentos necessários. -----

----- Admitiu, por lapso, não ter feito qualquer referência à extinção da Divisão de Desporto, mas esclareceu que na Câmara ficará um gabinete de desporto constituído por um ou mais técnicos que fará a ligação com a Desmor em termos de políticas desportivas e que se encarregará de toda a matéria relacionada com o associativismo desportivo. Salientou que é uma situação que está a ser equacionada de forma a corresponder à forma de gestão que se adequa às necessidades. -----

----- Deu a palavra à Vereadora dos pelouros da Educação e da Cultura para os esclarecimentos solicitados. -----

----- **Vereadora Sara Maria Carapito Silva Fragoso** -----

----- Cumprimentou todos os presentes. -----

----- Começou por esclarecer que em relação à programação do cineteatro, e mais concretamente as sessões de cinema, não foi efectuada qualquer alteração à programação já existente e informou ainda que a programação no âmbito da candidatura da CultRede está efectuada e que se encontram agora a ser desenvolvidos esforços para que seja desenvolvida uma nova programação mais abrangente. Deu conhecimento que está a decorrer um projecto de dinamização dos espaços do cineteatro com a realização de Tertúlias e que foi dada continuidade a contactos já efectuados para a realização de espectáculos musicais para faixas etárias entre os doze e os 15 anos assim como eventos que dinamizam a aprendizagem de instrumentos musicais. -----

----- Referindo-se às actividades de enriquecimento curricular esclareceu que o modelo não foi alterado, e que embora não seja aquele que pessoalmente concorda, é aquele que está em funcionamento e foi adoptado pelo anterior executivo, compreendendo as razões desta escolha já que a contratação de professores é bastante difícil. A ser revisto o modelo terá que ser através da conciliação dos interesses das crianças, dos professores, das famílias e da entidade que as promove. Informou ainda que o que será implementado no próximo ano vai ser o resultado da avaliação de todos estes pressupostos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Relativamente ao carnaval explicou que a organização não pretendeu de modo algum excluir a cidade deste evento, e que este modelo foi resultado das condições meteorológicas que a isso obrigaram. Já a escolha programada (Estádio Municipal) tem a ver com a impossibilidade de ter as cerca de 1700 crianças do Concelho ao mesmo tempo concentradas à espera para iniciar o desfile, enquanto no estádio se poderiam desenvolver actividades nesse tempo. Sublinhou que se existir uma proposta que consiga agregar os diversos interesses envolvidos neste evento, o Executivo está disponível para a receber e analisar. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Deu a palavra ao Vereador do pelouro da Juventude para os esclarecimentos solicitados. -----

----- **Vereador Nuno Leal Santos da Veiga Malta** -----

----- Respondendo às questões levantadas em relação ao Conselho Municipal de Juventude e ao Parlamento da Juventude, esclareceu que, e isto no que diz respeito aos Conselhos Municipais de Juventude, a ANMP detectou no diploma algumas normas que chocam com a autonomia do poder local, o que levou a que a legalidade do diploma fosse questionada e recomendou, por isso, aos seus membros que aguardassem por uma decisão acerca da matéria. Sublinhou que não pareceria correcto o ignorar de tal pedido, até porque sempre se defenderam as causas do poder local neste município. Por outro lado, salientou que este conselho se apresenta como um importante instrumento para a definição e acompanhamento da política de juventude em Rio Maior, estando assim o Executivo a aguardar novas instruções da ANMP, desenvolvendo em simultâneo os procedimentos para a sua concretização conjuntamente com as associações juvenis. -----

----- Esclareceu também que o Parlamento da Juventude consistiu numa importante iniciativa, mas que nesta fase prepara-se a implementação de medidas que irão clarificar estas situações. -----

----- **Deputada Maria Inês Pereira Maurício** -----

----- Pediu a palavra para intervir. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Voltou a esclarecer que só poderia ter a palavra se fosse apenas para solicitar algum esclarecimento sobre as questões já apontadas e que considere que não tenham sido respondidas. -----

----- **Deputada Maria Inês Pereira Maurício** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Concordou que pretendia apenas afirmar que no que respeita ao Conselho Municipal de Juventude se está perante uma lei que obriga à implementação, razão pela qual já outros municípios o fizeram. Assim, considerou que embora exista uma recomendação, há também uma lei promulgada pelo Presidente da República que obriga à implementação deste conselho, e nada impede que se dê cumprimento à mesma. Comunicou também que sobre esta matéria há um há um projecto de resolução do Partido Socialista na Assembleia da República que propõe a fiscalização às Câmaras Municipais no que respeita à implementação. Sublinhou que os factores que a ANMP invoca não são impeditivos à implementação deste conselho que permitirá uma maior proximidade dos jovens para participar e contribuir, e considerou que esta posição da ANMP se reveste de uma falta de vontade política em fazer valer esta lei.

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Em face da natureza da intervenção voltou a frisar que este momento só deve ser utilizado caso existam dúvidas sobre os esclarecimentos prestados e não para contrapor, e solicitou mais uma vez para que não se pratiquem excessos que possam ser considerados como abuso da boa vontade da Mesa. -----

----- Deu novamente a palavra à Presidente da Câmara para prestar os restantes esclarecimentos que por sua vez deu a palavra ao Vice – Presidente da Câmara. -----

----- **Vice - Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Cumprimentou todos os presentes. -----

----- Fez uma pequena referência ao clima de efervescência entre as bancadas e considerou, como independente, perfeitamente natural visto o clima a nível nacional ser também de alguma tensão entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, que inevitavelmente se transfere para estas sessões. -----

----- Relativamente às questões mencionados por vários deputados sobre estradas florestais, segurança rodoviária, obras e marcações em estradas, informou em primeiro lugar que está constituída uma Comissão de Trânsito que irá reunir ainda durante o mês de Fevereiro, e as decisões que dela saírem serão com toda a certeza seguidas pelo Executivo Municipal no que respeita não só à Estrada Nacional 1, mas também relativamente a outros pontos críticos já identificados. -----

----- No que se refere às estradas florestais afirmou compreender a preocupação dos Presidentes de Junta de Freguesia, mas informou não ser este o momento indicado para se agir, já que o Inverno rigoroso torna uma perda de tempo e recursos, como por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

exemplo a colocação de tout-venant ou brita ou mesmo o uso das máquinas para fazer limpezas, como pode ser tecnicamente confirmado. -----

----- Referindo-se à protecção civil, sublinhou que este serviço tem uma maior abrangência, assim como objectivos e prioridades perfeitamente definidos e não estando assim cingida aos pequenos acontecimentos. -----

----- No que respeita à questão da Escola Secundária informou da realização de várias reuniões com várias entidades no sentido de se retomar um pouco aquilo que foi feito pelo anterior Executivo de, havendo possibilidade, preservar o edifício da escola secundária e construir uma nova escola num outro local. Informou que até ao momento os contactos foram infrutíferos e que na reunião agendada com a DREL, entre outros assuntos, será abordada a gestão do parque escolar e logo que existam desenvolvimentos estes serão, de imediato, transmitidos pelo Executivo Municipal. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Pediu um esclarecimentos acerca de quais foram as entidades e os dias em que foram realizadas as reuniões, e que se no momento não for possível a resposta, esta poderá ser solicitada por escrito ao Presidente da Mesa da Assembleia. -----

----- **Vice – Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Informou que no momento e de memória não conseguiria dar essa informação detalhada. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **Actividade Municipal** (anexo 3) -----

----- **CIMLT – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal para 2010.** -----

----- **CPCJ – Relatório Anual da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens 2009.** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a Actividade Municipal à Assembleia Municipal, informou que esta inclui agora toda a actividade municipal, não só da Presidente de Câmara mas também de todos os Vereadores. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputada Maria Júlia Faria e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Solicitou esclarecimentos acerca das reuniões realizadas com as mais diversas entidades e empresas. -----

----- Sobre o relatório da CPCJ opinou que este deveria conter não só quadros de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

leitura, mas também a descrição para que a informação fosse compreensível para qualquer pessoa. -----

----- Referiu ainda que a existência dos painéis electrónicos espalhados por diversos pontos da cidade seriam importantes para aqueles que não possuindo ou não estando familiarizados com os mecanismos informáticos existentes, teriam assim a oportunidade de estar devidamente informados. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Fez menção que compreende a ideia da colocação dos painéis electrónicos e que seria uma iniciativa dinâmica e que está a ser pensada ao nível global de comunicação. -----

----- Para esclarecimentos acerca das reuniões realizadas passou a palavra ao Vice-Presidente. -----

----- **Vice - Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que em relação às reuniões com a Sifucel e Sibelco, o assunto abordado foi a abertura da estrada de ligação de EN 114 – Zona Industrial à Estrada da Azinheira. Com a Optimus tratou-se da reposição e colocação de novas antenas. O sentido da reunião com a Tecneira foi o desta empresa dar conhecimento à Câmara das dificuldades financeiras que passa no momento, não estando assim em condições de prosseguir o acordado de início, dando como data limite para poder decidir definitivamente acerca da instalação ou não até Junho de 2011. -----

----- **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO** -----

----- **Ponto I** – Deliberar sobre o envio dos documentos que nos termos legais e regimentais devem ser fornecidos aos membros da Assembleia Municipal antes das Assembleias; -----

----- O Presidente da Assembleia apresentou a proposta da Mesa da Assembleia Municipal. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**-----

----- Salientou que se trata de um passo significativo na desmaterialização de todos os processos e um contributo não só para a defesa do ambiente mas também para o início de novas competências, já que os moldes e configuração da Assembleia Municipal estão completamente desactualizados, sendo já altura de tomar medidas que possam permitir a todos os deputados trabalhar com os meios tecnológicos à sua



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

disposição, e de alguma forma promover essa utilização através de cursos gratuitos sob o tema das tecnologias da informação. -----

----- Congratulou-se com esta iniciativa mas sublinhou que esta só terá significado se um número considerável de deputados puder desfrutar da mesma, sendo que para tal terá que haver a necessária disponibilização de meios, tais como espaço físico adequado e competência para a utilização. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Comunicou que tinha já a informação por parte do Executivo que está a ser feito um esforço para criar as condições necessárias para a utilização desses meios. -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara para mais esclarecimentos. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que se encontram já a ser ultimados os últimos procedimentos para a disponibilização de documentação no site da Câmara Municipal, e posteriormente será remetido a todos deputados as respectivas senhas, assim como um e-mail cada vez que forem disponibilizados novos documentos ou informações no sítio criado para o efeito. Informou ainda que existe já Internet de uso livre no auditório a que poderão aceder mediante a introdução da respectiva palavra-chave que será disponibilizada pelos serviços. -----

----- Informou ainda que serão criados ponto de energia nas bancadas para possibilitar o uso de computador portátil a quem trazer para as sessões. -----

----- Para além destas inovações que estão a ser efectuadas, sublinhou que foi já substituído o sistema de som e que as gravações das sessões são agora digitais. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Congratulou-se com a proposta da Mesa da Assembleia e afirmou que a bancada do PS estará disponível para estas inovações e tolerante na implementação já que não se espera que funcione tudo perfeitamente desde início. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Felicitou a Mesa da Assembleia pela proposta apresentada, e que no anterior mandato a bancada do PSD tinha feito uma muito semelhante e que nunca foi por diante. -----

----- Sublinhou que era de extrema importância que o auditório fosse dotado das condições necessárias, sendo que só assim esta medida se tornará prática e útil. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Solicitou ainda à Mesa uma rectificação à proposta no seu ponto 5, onde se lê “...cópia impressa, da referida documentação...” passando a constar “.... cópia impressa, total ou parcial, da referida documentação...”. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Concordou com a alteração proposta, mas incluindo também que o pedido deve ser efectuado por escrito aos serviços, sendo que a redacção final deste ponto será: “... exigir por escrito aos serviços da Câmara Municipal a cópia impressa, total ou parcial, da referida documentação”, para assim não haver dúvidas sobre os documentos solicitados. -----

----- Esclareceu ainda que votando contra a proposta, automaticamente a documentação continuará a ser enviada em papel e votando a favor a disponibilização é feita electronicamente com a faculdade de se poder solicitar aos serviços camarários cópia impressa, total ou parcial, da documentação. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto II** – Eleger, nos termos do nº 1, alínea a), do artigo 46º -A, in fine, da Lei 169/99, de 18 de Setembro e do nº 1 do artigo 42º, do Regimento da Assembleia Municipal de Rio Maior, um grupo de trabalho para proceder à elaboração duma proposta de revisão do Regimento da Assembleia Municipal a ser submetido à aprovação em posterior sessão. -----

----- O Presidente da Assembleia apresentou a proposta da Mesa da Assembleia Municipal. -----

----- Esclareceu que as pessoas nomeadas na proposta manifestaram a sua anuência e que a proposta foi discutida atempadamente com o grupos parlamentares, sem prejuízo de alguma alteração que possa vir a ser deliberada nesta sessão da Assembleia Municipal. -----

----- Informou ainda que foi igualmente discutido se deveria constar já na proposta o modo de funcionamento desta comissão, mas entendeu-se que deveria a própria a definir as suas regras. -----

----- No que respeita à representatividade que cada um tem, espera-se que só seja utilizada em casos de impasse, sendo o ideal que o peso de voto nunca tivesse que ser usado e seja efectuado um trabalho consensual. -----

----- Informou ainda que a Mesa entendeu não fazer parte desta comissão, estando no entanto disponíveis para participarem, sempre que solicitado, sem direito a voto. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- **Deputado Vítor António Duarte Santos** -----

----- Questionou qual foi o critério utilizado na escolha dos elementos para o grupo de trabalho, já que constata que a maioria são mulheres! -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Respondendo a esta intervenção bem disposta, informou que cada elemento foi indicado pelo respectivo grupo parlamentar, não existindo nenhum critério definido para o efeito para além desse. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Salientou a importância desta comissão para que em breve se possa ter um novo regimento e que a questão da representatividade só seja usada em caso de impasse declarado. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**-----

----- Demonstrou o agrado em finalmente se estar a rever o regimento desta Assembleia que considera um instrumento de gestão essencial para o bom funcionamento deste órgão. -----

----- Demonstrou também o seu agrado por ver envolvido um representante da CDU nesta comissão e nesse âmbito levantou um problema relativamente ao ponto 2 da proposta. Informou que na reunião de preparação deste assunto, o Gabinete Jurídico do partido indicou que não pode haver comissões com representação numérica, só em caso excepcional e a funcionar na base de “acordo de cavalheiros”, sugerindo que na redacção fosse acrescentado o já referido pelo Presidente da Assembleia, que apenas fosse utilizado em caso de impasse. -----

----- Considerou ainda de grande importância a disponibilidade demonstrada pela Mesa da Assembleia para participar nestas reuniões. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Revelou algumas reservas em relação ao entendimento jurídico feito, mas de qualquer forma isso não é impeditivo que fique esclarecido na proposta que a representatividade só seja utilizada em caso de impasse, passando assim o ponto 2 a ter a seguinte redacção: “ Cada membro do Grupo de Trabalho tem tantos votos quanto os membros eleitos pelo Partido ou Grupo Político que representa, num total de 35 votos, deliberando a comissão, em caso de impasse, por maioria de votos assim contados.” -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto III** – Proposta de alteração ao Mapa de Pessoal; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e sublinhou que se trata da necessidade de prover os lugares em mapa de pessoal de técnicos nas áreas específicas em causa. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Congratulou-se com a possibilidade de incluir mais duas pessoas nos quadros da Câmara Municipal. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**-----

----- Salientou que é sempre bom assistir à criação de emprego, e solicitou informação acerca do provimento dos lugares agora criados. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que se trata de lugares com funções consideradas permanentes e, como tal, devem configurar relação jurídica de emprego por tempo indeterminado. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto IV – Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos no Concelho de Rio Maior –**
Diferimento de Encargos; -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- **Deputada Maria Inês Pereira Maurício** -----

----- Indicou o sentido de voto favorável da bancada do PS por se considerar uma medida de gestão e que decorre da lei. -----

----- Solicitou ainda que aquando da adjudicação deste serviço seja presente novamente a esta Assembleia o pedido de rectificação relativamente aos diferimentos e que seja feito também de uma forma equitativa. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**-----

----- Considerou este assunto um acto de gestão e que o sentido de voto não será contra, mas chamou à atenção para a necessidade de exigir às empresas que executam estes serviços mais qualidade, já que existem algumas queixas, em especial nas freguesias. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Sublinhou a necessidade de garantir a qualidade deste serviço e para tal sugeriu a possibilidade de um acordo com a empresa para que conjuntamente com as Juntas de Freguesia possam proceder a uma redistribuição dos contentores de forma a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

minimizar os problemas já mencionados pelo Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Chamou à atenção que o assunto a discussão apenas se refere ao diferimento de encargos e não às cláusulas que devem constar do caderno de encargos, sendo importante não alargar a discussão a outros âmbitos. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **Ponto V** – Alteração ao Plano Director Municipal – Deslocalização da VAC/Sitrol;

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, congratulando-se por finalmente este assunto ter tido uma resolução. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Jacinto Madeira Correia** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Referiu que se trata do passo final para a concretização da deslocalização das instalações fabris da Sitrol que todos conhecemos no centro da cidade, o que será sem dúvida um benefício para Rio Maior (cidade). -----

----- **Deputada Maria Júlia Marques Franco Mira** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Considerou importante salientar alguns aspectos no que diz respeito a este assunto, designadamente no que diz respeito ao PDM de Rio Maior que tem agora já mais de 10 anos e todos estes pequenos problemas deviam ser integrados na revisão deste. Referindo-se ao caso em particular, e sendo do seu conhecimento todo o percurso, congratulou-se por finalmente estar resolvido, também muito derivado às alterações que foram sendo feitas ao RJIGT, e fez votos que de futuro estas situações sejam avaliadas com maior celeridade para não se penalize as empresas pela pesada carga procedimental. -----

----- Na prossecução desta ideia solicitou informação acerca do ponto de situação da revisão do PDM de Rio Maior e a forma de execução que se pode esperar para a mesma. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Informou que está em estudo a criação de uma equipa técnica de base pluridisciplinar essencialmente com recursos da Câmara Municipal, ainda que havendo necessidade, em situações específicas, se possa recorrer a consultoria externa.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Remeteu os restantes esclarecimentos para o seguinte ponto. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** com a abstenção do Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- **Ponto VI** – Alteração ao Plano Director Municipal por Adaptação ao Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo; -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira para interpelação à Mesa da Assembleia** -----

----- Justificou a interpelação por considerar o assunto de alguma gravidade, porque embora a situação do ponto de vista pragmático possa parecer pouco importante, tem nos seus princípios e funcionamento uma gravidade que os princípios do próprio e dos deputados da bancada do PS não podem deixar passar, embora reconheça que quem estiver menos familiarizado com os formalismos necessários achem despropositada a intervenção. -----

----- Explicou então que nos documentos entregues aos Vereadores do PS, e que foram presentes a reunião do Executivo Municipal, a data da assinatura da proposta era do dia onze de Fevereiro e a data de despacho da Presidente da Câmara de dez do mesmo mês, que considerou normal no funcionamento das instituições. Referiu ainda que nessa mesma reunião houve uma interpelação de um Vereador em relação à data. -----

----- Perante a situação que explanou, referiu então que o documento agora apresentado não é o mesmo que foi presente à referida reunião de Câmara, tendo sido feito de novo. -----

----- Referiu novamente que a situação não se prende propriamente com a alteração de data efectuada, que considera aceitável, mas sim com uma questão de carácter, já que foi efectuada alteração a um documento sem conhecimento dos intervenientes que o aprovaram. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Antes de passar a palavra ao Executivo Municipal para se pronunciar sobre esta questão, e em face do apelo do Deputado António Manuel da Silva Moreira ao seu bom senso e aos seus conhecimentos da matéria, explicou que o documento do ponto de vista jurídico não é mais do que um veículo onde fique consignada uma determinada manifestação de vontade. Assim, referiu que se não tiver sido alterado o texto considerou que não será uma situação de grande gravidade, se pelo contrário foi alterado o texto, será o primeiro a considerar bastante grave o que aconteceu. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Presidente da Câmara Municipal -----

----- Relatando a situação explicou que se tratou de um lapso dos serviços devido ao atraso na preparação da documentação para reunião do Executivo Municipal, razão pela qual não foi atempadamente distribuído aos Vereadores. Referiu que a única alteração ao documento foi precisamente na data do seu despacho, que estava rasurada, e que na própria reunião do Executivo aquando a discussão deste ponto foi proposto suspender a reunião, se todos assim o entendessem, para se proceder àquela alteração. -----

----- Disse ainda que todo o procedimento da alteração à data foi consensual com os serviços e sempre no pressuposto do cumprimento da lei e acreditando não se tratar de uma ilegalidade. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal -----

----- Mediante as explicações da Presidente da Câmara, referiu que não considera haver gravidade, já que a alteração foi apenas à data que já se encontrava rasurada e não ao conteúdo do documento, não existindo, desta forma, nenhuma violação à aos pressupostos que fundamentaram a decisão tomada. -----

----- Apelou ainda aos serviços da Câmara e ao Município que evitem estes lapsos para que situações como esta não se repitam, causando algum desconforto. -----

----- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----

----- Considerou a justificação dada como suficiente, não sem fazer uma pequena ressalva. Referiu, por isso, que não considera grave a alteração de parte de um documento para fazê-lo ficar com melhor aspecto, mas sim o facto de ter sido feito sem o conhecimento das pessoas que o legitimaram, embora não exista nenhuma adulteração do conteúdo, e ainda fazê-lo escondendo um problema que poderá influenciar a tomada de posição, que é o tempo em que este é disponibilizado. -----

----- Considerou, no entanto, estar justificada a situação. -----

----- Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo -----

----- Pediu a palavra para solicitar esclarecimentos acerca do assunto por não estar elucidado se o que foi alterado foi apenas a data ou também o conteúdo. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal -----

----- Esclareceu que a intervenção do Deputado António Manuel da Silva Moreira limitou-se a referir a alteração da data que estava rasurada no documento apresentado na sessão de Câmara e que agora a sua reprodução tem já a data certa,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

em vez da rasurada. Questionou novamente o Deputado António Manuel da Silva Moreira se era essa a questão. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Para esclarecimento cabal da sua intervenção afirmou que no que diz respeito à questão formal considera justificada a situação e sem gravidade, mas que associada a esta existe a questão focada em reunião de câmara que se prende com a disponibilização dos documentos atempadamente para permitir a decisão em consciência e conhecimento de causa. Explicou que o que se considera grave é a alteração à data sem conhecimento dos intervenientes na decisão. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**-----

----- Ficou esclarecido perante as explicações e fez votos que estes casos possam ser evitados, defendendo a existência de um revisor que confirme a perfeita condição do documento para ser submetido a aprovação. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Finda a discussão, voltou a apelar a que sejam evitados lapsos desta natureza que levam a situações de interpretação dúbia. -----
Deu a palavra à Presidente da Câmara para apresentação da proposta. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e pediu a intervenção do Chefe de Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico para fazer a devida explicação técnica do assunto. -----

----- **Chefe de Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Procedeu à explicação técnica de todo o procedimento de adaptação do PDM de Rio Maior ao PROTOVT e as disposições legais que a isso conduziram. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção por fazer um breve enquadramento à entrada em vigor do PROTOVT e à sua relação com os demais instrumentos de gestão territorial. -----

----- Salientou existir igualmente um enquadramento político de relevância acentuada deste instrumento de gestão, referindo que sendo este um instrumento de heteroplanificação vincula apenas as entidades públicas mas de forma indirecta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

também os particulares através do PDM, sendo que assim, esta alteração vincula também os particulares. -----

----- Considerou assim, que estando perante questões importantes e estratégicas para o Concelho de Rio Maior, o processo de revisão do PDM de Rio Maior irá ser intensificado. -----

----- Neste âmbito, colocou à Presidente de Câmara as seguintes questões políticas: sendo o PDM um instrumento fundamental para o desenvolvimento do Concelho de Rio Maior, qual a filosofia que estará subjacente a este instrumento de desenvolvimento territorial e ainda quais os instrumentos de participação e informação, para além daqueles que estão estipulados nos diplomas legais aplicáveis, pretende a câmara levar a efeito para potenciar a participação dos particulares e das forças vivas do Concelho de Rio Maior. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Disse compreender as questões colocadas e a pertinência das mesmas, mas que em sua opinião estas deveriam ter sido colocadas no ponto antes da ordem do dia e não neste ponto que é específico. Sublinhou que não obstante isso, irá solicitar à câmara que dê os esclarecimentos solicitados. -----

----- **Deputado Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**-----

----- Iniciou por referir que na última sessão da Assembleia Municipal foi eleito para integrar a Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM e que até à data não foi tomada posse e que gostaria de ser informado das razões objectivas desse facto. –

----- Referiu que se inicia agora uma fase determinante da revisão do PDM e que deste depende, e dependeu nos últimos anos, aquilo que de bom e de mau se passou no Concelho. Considerou assim que as políticas de gestão do solo um dos aspectos essenciais para o desenvolvimento local. -----

----- Referindo-se à revisão que irá agora ser executada, espera que esta possa contribuir para um desenvolvimento harmonioso do Concelho evitando erros passados que levaram a excesso de população no novo centro da cidade e à degradação do centro antigo e também à desertificação de alguns locais das freguesias. -----

----- Solicitou esclarecimento no que respeita à aplicação do PROTOVT, designadamente no que respeita à área necessária para construção fora dos aglomerados urbanos (4 ha) e da possibilidade de construção se não tiver a área indicada. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Interveio para reforçar a importância deste ponto na política de ordenamento do território e gestão de solos que considera ser daqueles assuntos que mais têm perturbado o desenvolvimento do nosso país, sendo, por isso, com pesar que o grupo parlamentar do PS não irá votar favoravelmente esta adequação, abstendo-se apenas porque têm conhecimento da dificuldade que os autarcas de Rio Maior tiveram nas negociações deste instrumento, nomeadamente uma cláusula de excepção que permitiria a construção com a delimitação de núcleos urbanos. Referiu ainda que infelizmente nada foi feito durante este tempo para que isso acontecesse e desta forma o PS não quer ser responsabilizado por este problema e ter que dizer que contribuíram para a viabilização da impossibilidade de alguém construir em territórios com menos de 4 ha, só não votando contra por saberem que a não adequação do PDM a esta disposição levaria à suspensão deste instrumento de gestão territorial. ----

----- **Deputada Maria Júlia Marques Franco Mira** -----

----- Considera que no momento a discussão se deve cingir ao ponto que está em discussão, e considera que no prazo de noventa dias seria inconcebível conseguir-se fazer uma revisão cabal a ao PDM de Rio Maior. Sublinhou que esta é uma alteração que advém de uma circunstância de incompatibilidade definida em Resolução de Conselho de Ministros e devidamente estruturada, sendo esta de carácter obrigatório.

----- Considerou que a imposição dos 4 ha diz respeito à expansão desregrada que existe em todo o país e não só no concelho de Rio Maior, que leva a problemas graves de gestão de território e de protecção civil. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Pede para dar a palavra ao Chefe de Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico para as explicações técnicas solicitadas. -----

----- **Chefe de Divisão de Gestão e Planeamento Urbanístico** -----

----- No que respeita aos aspectos técnicos de permissão de construção esclareceu que efectivamente para construir fora das zonas urbanas os 4 ha são obrigatórios para a construção com fins habitacionais, havendo outras actividades que poderão instalar-se nessas zonas. -----

----- Esclareceu ainda que no que se refere à situação de criação de aglomerados rurais ou equivalentes às áreas para-urbanas, os noventa dias seriam manifestamente insuficientes, dada a complexidade do assunto. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Começou por dizer que considera que a questão da elaboração e revisão destes instrumentos de gestão são de extrema importância, mas o assunto agora colocado a votação é específico e prende-se com a adaptação obrigatória do PDM ao PROTOVT no prazo de noventa dias. -----

----- Apresentou, no entanto, uma síntese daquilo que foi feito até à data no âmbito da revisão do PDM de Rio Maior. -----

----- Informou que serão agora retomados os procedimentos com vista à revisão deste instrumento de gestão territorial. -----

----- **Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** -----

----- Cingindo-se ao ponto da ordem de trabalhos referiu que este fala de uma alteração do PDM motivada por outro hierarquicamente superior. Considerou, por isso, pertinente a questão sobre a revisão do PDM e concretamente os princípios subjacentes a essa revisão. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Solicitou indicação à Presidente da Câmara Municipal se estava em condições de responder a esta questão, mesmo considerando que não se enquadra no ponto específico a votação. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que o primeiro passo será a constituição de uma Comissão de Acompanhamento com a participação de vários órgãos e entidades e daí seguir-se-á para a definição concreta de estratégias. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Informou o Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira que na eventualidade de não se considerar esclarecido poderá servir-se da Mesa da Assembleia Municipal para colocar, por escrito, as questões suscitadas e esta providenciará a devida resposta. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** com dezoito votos a favor contra 17 abstenções. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Apresentou declaração de voto que se transcreve na íntegra: -----

----- “ Abstivemo-nos porque esta adaptação proposta do PDM não salvaguarda o desenvolvimento policentrico dos aglomerados rurais do nosso concelho.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Antes de encerrar a ordem de trabalhos, e nos termos do n.º 4 do artigo 39º do Regimento da Assembleia, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- **Senhor Alexandre Jacinto morador em Arrouquelas** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Congratulou-se com a preocupação demonstrada em relação às freguesias, e solicitou esclarecimentos designadamente no que se refere aos parques infantis existentes nas escolas, já que existem alguns que estão a ser retirados e em algumas nem sequer existem, pedindo igualdade entre as crianças das freguesias e as crianças da cidade. -----

----- No que se refere aos cuidados de saúde que se revestem de grande importância para as freguesias, considerou que as unidades móveis de saúde foram uma mais valia e sabendo que em dada altura estas estiveram paradas por falta de profissionais de saúde, questionou de quem é a responsabilidade de fazer os contratos com estes profissionais, qual o tipo de contrato que é feito, para assim ficar conhecedor se o funcionamento destas unidades depende da existência de enfermeiros. -----

----- Referindo-se ao Conselho Municipal de Juventude, apontou que, segundo as informações dadas, a Câmara está dependente de um parecer da ANMP o que provocou uma certa surpresa já que a legislação está em vigor e que deve ser cumprida, a exemplo de outros municípios que já o fizeram. -----

----- **Senhor Jorge Monteiro morador em São João da Ribeira**-----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Congratulou-se com a discussão de assuntos que considera de grande importância e de interesse público e colocou uma questão objectiva acerca do abastecimento de água no Concelho, nomeadamente em São João da Ribeira onde é morador, já que nos locais mais altos daquela freguesia, e também de outras como já teve conhecimento, existem quebras no fornecimento provocando privação de água nesses locais. -----

----- **Senhor Ataíde Manuel Patrocínio Lopes morador em Azinheira, Rio Maior** –

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Deu conhecimento de uma situação existente na freguesia de Outeiro da Cortiçada que também já comunicou à Junta de Freguesia. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Considerou normal que havendo obras de melhoramentos haja incómodos para as populações, mas deve haver sempre uma tentativa de minimizar esses incómodos, e nesta situação em concreto, execução de um ramal para o depósito de Vale Marinhas pela Águas do Oeste, o problema em causa poderá ser resolvido num curto espaço de tempo, já que se trata do corte de uma estrada, sem qualquer sinalização, e que o obrigou a fazer uma manobra difícil e nem sempre exequível. -----

----- Solicitou, por isso, saber se, tendo conhecimento do problema, os serviços da Câmara não foram averiguar ou se foi o empreiteiro que não cumpriu as indicações, já que posteriormente voltou ao local e a sinalização agora existente estava a poucos metros do corte, obrigando a nova manobra difícil. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Respondendo à última intervenção esclareceu que se trata de uma situação já levantada por um proprietário no local e que se trata de uma obra da Águas do Oeste, e que inclusive já tinha sido informada pelos serviços que o procedimento por parte do executante da obra não estava a ser o mais correcto em alguns aspectos e foi enviada uma comunicação por parte da Câmara para que as situações fossem resolvidas e tratadas de forma a que a execução da obra cause os menores transtornos possíveis a todos os níveis. -----

----- Informou ainda que iria solicitar de imediato o acompanhamento dos serviços à obra em causa. -----

----- De seguida passou a palavra ao Vice-Presidente e Vereadores para os esclarecimentos solicitados nas suas áreas. -----

----- **Vereadora Sara Maria Carapito Silva Fragoso** -----

----- Referindo-se à questão das unidades móveis de saúde, esclareceu que foi feita uma avaliação do atendimento efectuado pela Câmara Municipal e pelos serviços de saúde respeitante ao período de funcionamento até à data, assim como também foram confrontados esses dados com a entrada em funcionamento da nova unidade de cuidados na comunidade, que começou a funcionar no dia um de Fevereiro do ano corrente no âmbito da reorganização dos cuidados de saúde. Referiu ainda que no âmbito dessa reorganização as carrinhas das unidades móveis de saúde irão sofrer, também elas, uma reorganização, continuando uma das unidades a ir às freguesias ficando a outra ligada à unidade de cuidados na comunidade. -----

----- Esclareceu que a contratação de pessoal de saúde não pode ser feita pela Câmara Municipal, e dado na altura os serviços de saúde estarem também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

impossibilitados de o fazer, esta teve que ser feita através de um protocolo com o Centro de Educação Especial “O Ninho”, daí os atrasos no funcionamento destas unidades, estando agora a situação regularizada. -----

----- Em relação aos parques infantis esclareceu que maior parte destes equipamentos estavam bastante degradados, sendo por isso retirados, e que os únicos que estão em condições são os que foram colocados há pouco tempo nas escolas e centros escolares, sendo necessário um estudo global para se avaliar as necessidades. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Acrescentou ainda no que diz respeito à questão dos parques infantis, que estes foram retirados por questões de segurança e que todas estas situações estão a ser avaliadas no âmbito da reorganização do parque escolar. -----

----- **Vice - Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Referindo-se à questão do abastecimento de água em São João da Ribeira, reconheceu que é um problema transversal a diversas freguesias e que a Águas do Oeste se encontra a fazer um troço de conduta perto da Vila da Marmeleira e que quando estiver a funcionar o fornecimento em alta àquela zona o problema ficará resolvido. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Prestou informações acerca da abertura do certame das Tasquinhas na sua vigésima quinta edição, e sublinhou o empenho das freguesias e associações na execução das mesmas e das actividades durante o mesmo. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando dezoito horas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar se lavrou minuta parcial, para efeitos imediatos e a presente acta que vai ser apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- **O PRESIDENTE DA MESA** _____

----- **O PRIMEIRO SECRETÁRIO:** _____

----- **O SEGUNDO SECRETÁRIO:** _____